

O Vereador **RICARDO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de leis apresenta a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2024

Dispõe sobre a sinalização da presença de glúten, lactose e proteína do leite nos cardápios de estabelecimentos que vendam alimentos no Município.

Art. 1º. Os estabelecimentos que comercializam, manipulam ou entregam em domicílio alimentos para pronto consumo, ficam obrigados a manter à disposição do consumidor cardápio ou sinalização contendo informação sobre a presença de glúten, lactose e proteína do leite nos alimentos.

§ 1º A informação da presença de glúten e lactose e proteína do leite deverá constar ao lado de cada produto, ou nos cardápios disponibilizados nos referidos estabelecimentos de maneira visualmente acessíveis.

§ 2º Da mesma forma deve ser informada a possibilidade de contaminação cruzada, nos casos em que o produto não possua tais elementos nos seus ingredientes ou na sua composição, mas passe por processo de preparação que exponha o alimento ao contato desses.

Art. 2º. Para itens de consumo já comercializados em quantidade proporcionada, ou de quantidade variável a critério do consumidor, como por exemplo, restaurante de comida por quilo e outros, a presença de glúten e lactose, e proteína do leite, de que trata o art. 1º. deverá ser sinalizada sobre a existência ou não destes componentes, ou especificada a partir da porção e da medida caseira definida pela Resolução da ANVISA nº 359, de 23 de dezembro de 2003.



Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 06 de março de 2024

RICARDO TEIXEIRA

Vereador

JUSTIFICATIVA

O vereador RICARDO TEIXEIRA, com assento nesta Casa Legislativa, vem apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que ***“Dispõe sobre a sinalização da presença de glúten, lactose e proteína do leite nos cardápios de estabelecimentos que vendam alimentos no Município”***.

O presente Projeto de Lei dispõe sobre a divulgação da presença de glúten, lactose e proteína do leite nos cardápios e similares nos estabelecimentos que comercializam, manipulam ou entregam em domicílio alimentos para pronto consumo, ficando estes obrigados a manter à disposição do consumidor cardápio ou sinalização contendo informação sobre a presença de glúten, lactose e proteína do leite nos alimentos.

O objetivo da propositura é informar os componentes dos alimentos vendidos nos estabelecimentos comerciais aos clientes com intolerância alimentar, e assim evitar reações corporais adversas. A informação da presença ou ausência de glúten, lactose e proteína do leite deverá constar ao lado de cada produto ou de forma genérica no início dos cardápios disponibilizados, visando facilitar averiguar a existência ou não de glúten, lactose e proteína do leite no alimento, de maneira célere e eficaz,

Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, cerca de 53 milhões de brasileiros relatam sentir algum sintoma desconfortável associado ao consumo de produtos lácteos. Esta fatia corresponde a 35% da população acima de 16 anos. Entre a parcela de intolerantes à lactose no Brasil, as mulheres representam 59% das pessoas afetadas. Estes números, porém, podem ser ainda maiores devido à falta de diagnósticos precisos. Na mesma pesquisa, 88% dos entrevistados relatam não ter buscado assistência médica para a confirmação do diagnóstico. Isto significa que grande parcela dos portadores da intolerância não busca ajuda médica e por isso, não recebe nenhum tipo de orientação de como evitar ou minimizar os sintomas, por falta dessas informações, muitas vezes acabam ingerindo alimentos e sofrendo com reações físicas adversas, devido à dificuldade no processo digestivo e, em alguns casos, indo parar direto na emergência, tendo em vista que alguns alimentos trazem tanto alergia quanto inflamações

É crescente o número de pessoas que buscam por estabelecimentos que ofereçam opções saudáveis, nutritivas e saborosas feitas com ingredientes que possam ser consumidos com segurança por esse público, para isso é importante que bares, restaurantes, lanchonetes, cantinas escolares e estabelecimentos que forneçam comida pronta identifiquem no cardápio como é produzido o alimento”.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a **APROVAÇÃO** deste projeto de lei.

Câmara Municipal de Araucária, 06 de março de 2024.

RICARDO TEIXEIRA
Vereador